



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682533 - SP (2021/0233579-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RAIDALVA ALVES SIMOES DE FREITAS
ADVOGADO : RAIDALVA ALVES SIMOES DE FREITAS - SP180482
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ FERNANDO DE SOUZA ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FERNANDO DE SOUZA ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2129960-43.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 11 anos 5 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, por infringência ao art. 157, § 2º, incisos II e V, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à prisão provisória, diante da inexistência de elementos contemporâneos e concretos que a justifiquem.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão provisória do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 18-19):

Em princípio, se o paciente permaneceu preso durante o curso do processo, presumindo-se presentes os pressupostos da prisão cautelar, agora, com a condenação, por mais forte razão, a custódia em princípio está justificada.

Ainda que assim não fosse, da simples leitura da r. sentença atacada, constatou-se que o r. Juízo a quo não permitiu o apelo em liberdade de forma fundamentada, observando que "(...) não se mostra razoável dar a quem respondeu ao processo preso o direito de recorrer em liberdade, se lhe foi impingida pena reclusiva a ser cumprida em regime fechado. Ademais, pela ausência de demonstração de ocupação lícita e, sobretudo, pela periculosidade in concreto demonstrada, há probabilidade alta de, solto, voltar a delinquir, o que constitui fundamento

para a custódia cautelar” (fl. 60).

Como se vê, a parte da sentença impugnada está adequadamente fundamentada, sendo a prisão a medida cabível, e nenhuma outra, para garantir a aplicação da lei penal e para se evitar a reprodução de novos fatos delituosos.

Conforme se depreende ainda da r. sentença hostilizada (fl. 57), não é demais assinalar que na prática delitiva, o paciente “(...) apresentou ousadia elevada ao se reunir com indivíduos não identificados para subtrair veículo de carga, o que sabidamente exige organização e logística prévia”, sendo crível admitir, nessas circunstâncias, a possibilidade de recidiva delitiva, motivo suficiente para a manutenção de sua custódia cautelar para a garantia da ordem pública, a despeito do entendimento contrário da combativa impetrante.

De resto, além do já exposto, ressalte-se que o princípio da presunção de inocência convive de forma harmoniosa com a custódia cautelar, quando a prisão se lastreia na presença das hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal, como é a hipótese dos autos, não se constituindo cumprimento antecipado de pena, dada a sua natureza acautelatória.

Logo, a prisão do paciente é em princípio legítima, não havendo constrangimento ilegal que possa ser sanado pela via eleita.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência